



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 11065.721414/2012-80  
**Recurso nº** Voluntário  
**Resolução nº** 2403-000.219 – 4<sup>a</sup> Câmara / 3<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Data** 23 de janeiro de 2014  
**Assunto** OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS  
**Recorrente** CALÇADOS DI CRISTALLI LTDA E OUTROS  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

**RESOLVEM** os membros do Colegiado por unanimidade de votos, em converter o julgamento em DILIGÊNCIA.

Carlos Alberto Mees Stringari-Presidente

Ivacir Júlio de Souza-Relator

Participaram do presente julgamento, os Conselheiros Carlos Alberto Mees Stringari, Ivacir Júlio de Souza, Paulo Maurício Pinheiro Monteiro, Marcelo Freitas de Souza Costa e Maria Anselma Coscrato dos Santos Silva. Ausente justificadamente os conselheiros Marcelo Magalhaes Peixoto e Jhonata Ribeiro da Silva..

## RELATÓRIO.

### DO RELATÓRIO FISCAL

Em apertada síntese, às fls 40, o Relatório Fiscal registra que a autuada juntamente com empresa CALÇADOS MOLLINO LTDA e mais as empresas DIVERSU'S COMPONENTES PARA CALÇADOS LTDA, MIXAGE CALÇADOS LTDA e CLEITON LAZARETTI & CIA LTDA, embora constituídas regularmente, **não eram, de fato, sociedades independentes**, mas empresas interpostas :

*"A fiscalização teve início em 08/09/2011 com a ciência pessoal do Termo de Início de Procedimento Fiscal – TIPF. Todos os termos lavrados no curso do procedimento, inclusive contra as demais empresas do grupo, seguem em anexo a este relatório.*

*No curso da ação fiscal, constatamos que a fiscalizada, juntamente com a empresa CALÇADOS MOLLINO LTDA, CNPJ 09.475.352/0001-78, sediada em São Francisco de Paula, RS, constituiu grupo econômico de fato e irregular, com a finalidade de sonegar contribuições sociais e contribuições de intervenção no domínio econômico, por meio de três "prestadoras de serviço". As empresas DIVERSU'S COMPONENTES PARA CALÇADOS LTDA, MIXAGE CALÇADOS LTDA e CLEITON LAZARETTI & CIA LTDA, embora constituídas regularmente, não eram, de fato, sociedades independentes, mas empresas interpostas." (grifos do Relator)*

### DAS IMPUGNAÇÕES

Também em apertada síntese, produzidas pelo mesmo patrono, abaixo seguem alegações de mesmo teor das então impugnantes :

- Dessarte, como TODAS as fábricas deste porte, a AUTUADA, na condição de empresa ANCORA, possui uma série de PARCERIAS firmadas com diversos ATELIÊS, exatamente como outras empresas do setor onde algumas chegam a ter mais de 100 ateliês gravitando em sua volta.

- Dentre estes ATELIÊS, que nada mais são do que pequenas empresas que se prestam a trabalhar em uma das etapas da produção do calçado, nos anos de 2009 e 2010 entre outras, estavam as empresas DIVERSAS COMPONENTES PARA CALÇADOS LTDA., MIXAGE CALÇADOS LTDA. e CLEITON LAZARETTI & CIA LTDA.

- Nesse norte, andou muito mal a Autoridade Fiscal no instante em que não incluiu as empresas DIVERSU'S, MIXAGE e CLEITON no polo passivo deste Auto de Infração, pois como se verá adiante são empresas autônomas e independentes da AUTUADA.

---

## DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Após analisar aos argumentos da impugnante, na forma do registro de fls.1.487, a 7ª Turma da Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre - RS - DRJ/POA, em 18 de dezembro de 2012, exarou o Acórdão nº 10-41.922, mantendo procedente o lançamento.

### DO RECURSO

Irresignadas, as Recorrentes interpuseram idênticos Recursos Voluntários de fls.1.527 a 1.571, onde reiteram as alegações que fizeram em instância “*ad quod*”.

**VOTO.****DA TEMPESTIVIDADE**

Conforme documento de fls. 1.572, o recurso é tempestivo. Aduz que reúne os pressuposto de admissibilidade. Portanto, dele tomo conhecimento.

Às fls. 63 do Relatório Fiscal a autoridade autuante registra que as bases de cálculo utilizadas estão no Relatório de Lançamentos – RL, e **foram aferidas** a partir das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, **declaradas pelas empresas Diversu's, Mixagem e Cleiton Lazaretti**, no período de janeiro de 2009 ao décimo terceiro de 2010. e que a empresa Calçados Mollino Ltda. com base no inciso I, do **art. 124, do CTN**, foi considerada como responsável solidária pelo crédito tributário constituído.

**DA SOLIDARIEDADE**

Às fls 40, o Relatório Fiscal registra que a autuada **juntamente** com empresa CALÇADOS MOLLINO LTDA e mais as empresas DIVERSU'S COMPONENTES PARA CALÇADOS LTDA, MIXAGE CALÇADOS LTDA e CLEITON LAZARETTI & CIA LTDA, embora constituídas regularmente, **não eram, de fato, sociedades independentes**, mas empresas interpostas.

Corroborando o acima, conforme parte extraída do acórdão, às fls. 1.492, na condução do voto *aqua*, a I. julgadora , no mérito, se manifestou :

*"o litígio trata de impugnação apresentada pela autuada contra lançamento de crédito tributário de Contribuições Sociais Previdenciárias pela fiscalização, devido ter sido identificada a formação de grupo econômico entre as empresas Calçados Di Cristalli Ltda. e Calçados Mollino Ltda, de cunho familiar (marido, esposa, filho, etc.), as quais teriam explorado a mão-de-obra registrada em três empresas interpostas: Diversu's Componentes para Calçados Ltda., Calçados Mixage Ltda. e Cleiton Lazaretti e Cia. Ltda., optantes pelo Simples Nacional. Uma vez estando os empregados registrados nessas três "prestadoras de serviço", a fiscalizada e a Mollino usufruíram, irregularmente, do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às micro e empresas de pequeno porte, SIMPLES NACIONAL. Tal grupo econômico, segundo a Fiscalização lançou mão de planejamento tributário fraudulento, por meio do qual sonegou contribuições previdenciárias e contribuições para outras entidades e fundos."* (grifos do Relator)

O art. 124, I , supra-referido preceitua que para se configurar a solidariedade há que se constatar interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal, verbis:

*"Art. 124. São solidariamente obrigadas:*

*I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;.”*

Assim é pertinente concluir que todas as empresas restaram insertas no comando do art. 124, I, do CTN posto que na forma do Relatório Fiscal, todas concorriam e tinham **interesse comum na situação que constituíra os fatos geradores das obrigação principal.**

Não obstante o acima , o art. 30, I, “c” , “IX” da Lei n 8.212/91 define que as empresas que **integram grupo econômico** de qualquer natureza respondem entre si, **solidariamente**, pelas obrigações decorrentes desta Lei.

### DA AFERIÇÃO

O Relatório fiscal às fls.40, registra que a fiscalização teve início em 08/09/2011 com a ciência pessoal do Termo de Início de Procedimento Fiscal – TIPF., e que todos os termos lavrados no curso do procedimento, inclusive contra as demais empresas do grupo, seguiram em anexo consta ainda que a autuação se procedeu por AFERIÇÃO a partir das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, declaradas pelas empresas Diversu's, Mixagem e Cleiton Lazaretti, no período de janeiro de 2009 ao décimo terceiro de 2010

A apuração indireta do tributo prevista no art. 33, § 6º da Lei nº 8.212/1991 representa forma de constituição do crédito tributário, revestida **de excepcionalidade** a ser aplicada quando verificada a **absoluta ausência ou imprestabilidade da documentação contábil** e fiscal da empresa, que **constitua irregularidade insanável**. Entenda-se a **irregularidade insanável**, como aquela que inviabiliza no todo a apuração do tributo Vigente á época do lançamento há que se observar o comando do art. 447 da IN 971/2009 , *in verbis*:

art. 447. a aferição indireta será utilizada, se:

i - no exame da escrituração contábil ou de qualquer outro documento do sujeito passivo, a fiscalização **constatar** que a contabilidade **não registra o movimento real da remuneração dos segurados** a seu serviço, da receita, ou do faturamento e do lucro; ii- a empresa, o empregador doméstico, ou o segurado recusar-se a apresentar qualquer documento, ou sonegar informação, ou apresentá-los deficientemente; iii faltar prova regular e formalizada do montante dos salários pagos pela execução de obra de construção civil; iv as informações prestadas ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo não **merecerem fé em face de outras informações** ou outros documentos de que disponha a fiscalização, como por exemplo:

a) omissão de receita ou de faturamento verificada por intermédio de subsídio à fiscalização; b) dados coletados na justiça do trabalho, delegacia regional do trabalho, ou em outros órgãos, **em confronto com a escrituração contábil**, livro de registro de empregados ou outros elementos em poder do sujeito passivo; c) constatação da impossibilidade de execução do serviço contratado, tendo em vista o número de segurados constantes em GFIP ou folha de pagamento específicas, mediante confronto desses documentos com as respectivas notas fiscais, faturas, recibos ou contratos." ( grifos do relator)

### DOS ELEMENTOS PROBANTES QUE MOTIVARAM A AUTUAÇÃO

Ressaltando que sob o preceituado no §1º do art. 38 , do Decreto nº 7.574, de 29 de setembro de 2011 , os autos de infração ou as notificações de lançamento, em observância

ao disposto no art. 25, deverão ser instruídos com **todos os termos**, depoimentos, laudos e demais elementos de **prova indispensáveis à comprovação do fato motivador da exigência**, é compulsório colacionar todos os documentos probantes.

Tendo presente tais sobreditos registros, e ainda que os procedimentos foram concomitantes cujos resultados motivaram o lançamento em tela, não alcancei colacionados os respectivos termos de encerramento das ações fiscais, relatórios fiscais, os lançamentos das eventuais autuações nas demais empresas do grupo, a formal desconsideração da contabilidade bem como a **exclusão de ofício** das empresas do SIMPLES na forma do previsto no inciso IV do art. 14 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 e arts. 28 e 29, IV da Lei Complementar nº 123, De 14 De Dezembro De 2006, *verbis*:

*"Lei n° 9.317, de 5 DE DEZEMBRO DE 1996.*

*Art. 14. A exclusão dar-se-á de ofício quando a pessoa jurídica incorrer em quaisquer das seguintes hipóteses:*

*I - exclusão obrigatória, nas formas do inciso II e § 2º do artigo anterior, quando não realizada por comunicação da pessoa jurídica;*

*II - embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiver obrigada, bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, nos termos do art. 200 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966(Sistema Tributário Nacional);*

*III - resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade;*

*IV - constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionista, ou o titular, no caso de firma individual;*

*V - prática reiterada de infração à legislação tributária;*

*VI - comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;*

*VII - incidência em crimes contra a ordem tributária, com decisão definitiva” “ LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 Art. 28. A exclusão do Simples Nacional será feita de ofício ou mediante comunicação das empresas optantes.*

*Parágrafo único. As regras previstas nesta seção e o modo de sua implementação serão regulamentados pelo Comitê Gestor.*

*Art. 29. A exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se-á quando:*

*I - verificada a falta de comunicação de exclusão obrigatória;*

*II - for oferecido embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade que estiverem intimadas a apresentar, e nas demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública;*

*III - for oferecida resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolvam suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade;*

*IV - a sua constituição ocorrer por interpostas pessoas; " DOS CADASTROS NACIONAIS DAS PESSOAS JURÍDICAS Consulta aos CNPJ's revelam que as empresas não têm registros no SIMPLES.*

O anexo de fls. 603 gerado pela consulta feita pelo Auditor autuante no curso da ação fiscal, em **22/03/2012**, registra que o estabelecimento matriz CALCADOS MOLLINO LTDA, CNPJ 09.475.352/0001-78 foi aberto em **08/04/2008** e **não se trata de empresa do SIMPLES**.

Consulta recente ao sítio da Receita Federal no dia **27/12/2013** revela que a empresa fora BAIXADA por INCORPORAÇÃO em 18/01/2013 vide cópia abaixo:



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>09.475.352/0001- 78MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		<b>DATA DE ABERTURA 08/04/2008</b>		
<b>NOME EMPRESARIAL CALCADOS MOLLINO LTDA</b>					
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> *****					
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> *****					
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> *****					
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> <b>206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA</b>					
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****			
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****	UF **		
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL BAIXADA</b>		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/01/2013</b>			
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL INCORPORACAO</b>					
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****			

Emitido no dia **27/12/2013** às **09:52:54** (data e hora de Brasília).

Quanto a empresa solidária MIXAGE CALCADOS LTDA, o mesmo sobredito anexo de fls. 603 faz constar que fora aberta em 11/10/2004 também não optante pelo sistema SIMPLES.

CNPJ,CONSULTA,CNPJ ( CONSULTA PELO CNPJ )

T34227WI DATA: 22/03/2012 PAG.: 1 / 1 USUÁRIO: EDUARDO NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.979.181/0001- 38MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>28/07/2000</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>CLEITON LAZARETTI &amp; CIA LTDA - ME</b>				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>D'MAILANA</b>				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>15.31-9-01 - Fabricação de calçados de couro</b>				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>15.40-8-00 - Fabricação de partes para calçados, de qualquer material</b>				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA</b>				
LOGRADOURO R PAROBÉ		NÚMERO <b>308</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>95.670-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>AVENIDA CENTRAL</b>	MUNICÍPIO <b>GRAMADO</b>		UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Muito embora a Autoridade autuante tenha registrado que a fiscalização teve início em **08/09/2011** com a ciência pessoal do Termo de Início de Procedimento Fiscal – TIPF. Todos os termos lavrados no curso do procedimento, **inclusive contra as demais empresas do grupo**, consulta recente ao sítio da Receita Federal no dia **27/12/2013** revela que a empresa **DIVERSU'S COMPONENTES PARA CALCADOS LTDA - EPP**, antes do início da ação fiscal, fora **BAIXADA POR INCORPORAÇÃO em 18/10/2010** vide cópia abaixo:

 <p><b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b></p>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>07.188.995/0001- 05MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>20/01/2005</b>

<b>NOME EMPRESARIAL DIVERSU'S COMPONENTES PARA CALCADOS LTDA - EPP</b>			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA</b>			
LOGRADOURO *****		NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****	UF **
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL BAIXADA</b>			<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2010</b>
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL INCORPORACAO</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</b>			<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</b>

Emitido no dia **27/12/2013** às **09:58:21** (data e hora de Brasília).



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>07.025.664/0001-54MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>11/10/2004</b>
<b>NOME EMPRESARIAL MIXAGE CALCADOS LTDA - EPP</b>			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 15.40-8-00 - Fabricação de partes para calçados, de qualquer material</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA</b>			
LOGRADOURO R PAROBÉ		NÚMERO <b>306</b>	COMPLEMENTO AV CENTRAL
CEP <b>95.670-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO GRAMADO	UF RS
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</b>			<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/10/2004</b>
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			

SITUAÇÃO ESPECIAL \*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO  
ESPECIAL \*\*\*\*\*

Emitido no dia 27/12/2013 às 01:08:20 (data e hora de Brasília).

Pág.  
1

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>09.475.352/0001- 78MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>08/04/2008</b>
NOME EMPRESARIAL <b>CALCADOS MOLLINO LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS *****			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA</b>			
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****	
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****	UF **
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL BAIXADA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>18/01/2013</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL <b>INCORPORACAO</b>			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

**DA DILIGÊNCIA**

No exercício da prerrogativa estatuída no art. 29 do Decreto 70.235/72, a autoridade julgadora tem a prerrogativa legal para determinar diligências que entender necessárias para formar sua convicção:

*"Art. 29. Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar as diligências que entender necessárias"*

***CONCLUSÃO***

Diante de tudo que foi exposto determino CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA para informar os respectivos termos de encerramento das ações fiscais, relatórios ou informações fiscais, os lançamentos das eventuais autuações nas demais empresas do grupo, a formal desconsideração da contabilidade bem em razão do fraudulento

planejamento, a **exclusão de ofício** das empresas do SIMPLES na forma do previsto no inciso IV do art. 14 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro.

Informar, também, se foram deduzidos eventuais pagamentos recolhidos pelas empresas arroladas produzindo planilhas dos valore abatidos por empresa e por competência..

As fls. 1.492, a respeito da solidariedade das demais empresas, a instância a quo não define se as empresas foram notificadas e enfrentando a questão decidiu que “ **estas empresas não fazem parte da relação jurídica** debatida nos autos :

“A autuada afirma que a fiscalização “feriu de morte o princípio constitucional da ampla defesa”, pois as empresas Diversu’s Componentes para Calçados Ltda., Calçados Mixage Ltda. e Cleiton Lazaretti e Cia. Ltda. não constaram do pólo passivo da autuação”

(...)

Desta forma a preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa, em razão de não ter sido aberto o contencioso administrativo para as pessoas jurídicas contratadas pela **autuada não pode ser acolhida, eis que estas empresas não fazem parte da relação jurídica** debatida nos autos, que tem como únicos sujeitos a Fazenda Pública Federal e o Sujeito Passivo autuado ..”

Assim, informar, ainda, se as demais empresas que tinham interesse comum na situação que constituíram os fatos geradores da obrigação principal foram notificadas e responsabilizadas por solidariedade.

Antes de retornar o processo a este Conselho, deve o contribuinte ser notificado desta RESOLUÇÃO bem como das informações eventualmente produzidas em resposta

É como voto

Ivacir Júlio de Souza- Relator